

ECD

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Palestrante: Márcio Tonelli
tt.consultoria.sped@gmail.com

BlueTax
Qualificação & Relacionamento

Resolução CFC 1.299/10

Formalidades da Escrituração Contábil em forma Digital
(Comunicado Técnico CTG 2001)

5. Formulas do lançamento:

- 1ª. Um registro a débito e um registro a crédito
- 2ª. Um registro a débito e vários registros a crédito
- 3ª. Vários registros a débito e um registro a crédito
- 4ª. Vários registros a débito e vários registros a crédito, **desde que todas as partidas se refiram a um mesmo fato contábil.**
 - Impossibilidade de utilização de lançamentos de partida simples

Resolução CFC 1.299/10

7. Livros Diário e Razão

- O Livro **Diário** e o Livro **Razão** constituem registros permanentes da entidade e, quando escriturados em forma digital, **são constituídos de um conjunto único de informações das quais eles se originam.**
- O Livro Diário deve ser autenticado no registro público ou entidade competente, **apenas quando for exigível por legislação específica.** (Redação dada pelo CTG 2001 (R2))

Demonstrações Contábeis – Obrigatoriedade da transcrição

- art. 4º (incisos I e II) define, também, os signatários

Item 9 da **Resolução CFC 1299/10** - *Comunicado Técnico CTG 2001 (assinado pelo representante da entidade e por contabilista habilitado e em dia com a anuidade)*

Art. 274 do Regulamento do Imposto de Renda (o §2º permite a transcrição do Balanço e do Balancete no Lalur)

Demonstrações Contábeis a serem elaboradas:

- **Art. 1184 do Código Civil:**
 - Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico
- **Lei das SA (art. 176)**
 - Balanço patrimonial
 - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (pode ser incluída na DMPL, se elaborada pela cia. – art. 186, §2º)
 - Demonstração do resultado do exercício
 - Demonstração dos fluxos de caixa (exceto cia. fechada com PL < 2 milhões)
 - Demonstração do valor adicionado (só cia. aberta)
- **Regulamento do Imposto de Renda (art. 274)**
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração do Resultado do Período
 - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Demonstrações Contábeis a serem elaboradas:

- **Resolução CFC 1.185** - NBC TG 26 – item 10 (SA e empresas de grande porte)
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração do Resultado do período
 - Demonstração do Resultado Abrangente do período (pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido)
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período;
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
 - Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
 - Notas explicativas

Demonstrações Contábeis a serem elaboradas:

Micro e empresas de pequeno porte:

- **Resolução CFC 1418 - NBC ITG 1000**
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração do Resultado do período
 - Notas explicativas

E
C
D

Demonstrações Contábeis a serem elaboradas:

Pequenas e médias empresas:

- **Resolução CFC 1255 - NBC TG 1000 – item 3**
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração do Resultado do período
 - Demonstração do Resultado Abrangente do período (pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido). Dispensada a apresentação quando for igual à DRE
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
 - Notas explicativas

E
C
D

Autenticação dos livros em Juntas Comerciais

DISPENSA

DECRETO No - 8.683, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Art. 1º O Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 78-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital.

§ 1º A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped.

§ 2º A autenticação prevista neste artigo dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei."(NR)

Autenticação dos livros em Juntas Comerciais

DISPENSA

Lei nº. 8.934/1994 (Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências)

Art. 39-A. A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 1247, de 2014\)](#)

Art. 39-B. A comprovação da autenticação de documentos e da autoria de que trata esta Lei poderá ser realizada por meio eletrônico, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 1247, de 2014\)](#)

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS – JUNTAS COMERCIAIS

Ano	Recebido	AGUARDANDO PROCES- SAMENTO	Aguardando Pagamento	Em Análise	Autentica do	Sob Exigência	Indefe- rido	Substi- tuído	Total de livros	Empresas	livros por empresa	Rejeição / Substituição
2009	13%	1%	1%	1%	32%	23%	6%	23%	60.719	11.295		62%
2010	23%	2%	1%	0%	24%	23%	3%	24%	243.265	141.747		67%
2011	34%	2%	1%	0%	26%	16%	1%	20%	248.955	157.080		58%
2012	39%	2%	1%	0%	24%	15%	1%	17%	242.981	162.217		58%
2013	42%	2%	2%	0%	23%	13%	1%	17%	244.148	164.348		57%
2014	45%	2%	2%	0%	21%	12%	1%	16%	258.248	177.977		58%
2015	51%	4%	2%	1%	12%	8%	1%	19%	610.063	503.991		70%
2016	54%	2%	1%	0%	15%	10%	1%	17%	2.664.467	1.981.331		65%
TOTAL	54%	2%	1%	0%	15%	10%	1%	17%	2.664.467	1.981.331		65%

2009	7.653	714	545	810	19.159	14.189	3.491	14.150	60.719	11.295	4,12	62%
2010	54.762	3.652	2.298	808	59.342	56.900	6.554	58.930	243.265	141.747	1,30	67%
2011	83.478	4.058	2.336	1.096	65.684	39.319	3.542	49.430	248.955	157.080	1,27	58%
2012	94.840	4.655	3.264	1.194	58.011	36.045	2.449	42.511	242.981	162.217	1,24	58%
2013	101.801	4.733	4.651	1.014	56.775	32.913	1.834	40.416	244.148	164.348	1,24	57%
2014	116.754	5.940	6.309	801	53.602	30.954	1.619	42.269	258.248	177.977	1,21	58%
2015	313.838	26.521	13.514	6.311	76.006	51.406	4.347	118.120	610.063	503.991	0,98	70%
2016	662.578	3.059	835	530	5.884	2.638	129	80.432	756.088	662.676	1,02	93%
total	1.435.704	53.332	33.752	12.564	394.463	264.364	23.965	446.258	2.664.467	1.981.331	1,12	65%

Fonte: sítio do Sped em 23/09/2016

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DE ENTIDADES NÃO SUJEITAS A REGISTRO EM JUNTAS COMERCIAIS

São três os casos:

- Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas pela legislação do imposto de renda (registram e autenticam livros na RFB);
- Sociedades de advogados (registram livros na OAB);
- Sociedades simples, (autenticam dos livros em cartório de registro civil de pessoas jurídicas).

Atenção: a IN RFB 1420/13 determinava que os livros de sociedades não empresárias são considerados autenticados no ato da apresentação ao Sped. **Esta regra, entretanto, não foi reproduzida na IN RFB 1774/17**

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DE ENTIDADES NÃO SUJEITAS A REGISTRO EM JUNTAS COMERCIAIS

- Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas
- Na questão 008 do perguntas e respostas PJ ainda consta a obrigação de autenticação de livros na própria RFB (pag. 40 do perguntas e respostas do IRPJ 2017)

Atenção: a IN RFB 1420/13 determinava que os livros de sociedades não empresárias são considerados autenticados no ato da apresentação ao Sped. **Esta regra, entretanto, não foi reproduzida na IN RFB 1774/17**

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DE ENTIDADES NÃO SUJEITAS A REGISTRO EM JUNTAS COMERCIAIS

- Sociedades de advogados
 - Extinção da autenticação depende de contatos entre membros do Sped, notadamente CFC e RFB, com OAB para busca de solução;

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DE ENTIDADES NÃO SUJEITAS A REGISTRO EM JUNTAS COMERCIAIS

Sociedades simples

O Ministério Público, indiretamente, dispensa a obrigação da autenticação ao estabelecer, na compilação 9 do SIAPE, que não há necessidade de informar o número da autenticação quando o livro contábil tiver sido apresentado ao SPED.

AUTENTICAÇÃO DOS LIVROS DE ENTIDADES NÃO SUJEITAS A REGISTRO EM JUNTAS COMERCIAIS

Solução de Consulta nº 29 - Cosit

Data 16 de janeiro de 2017

Processo

Interessado

CNPJ/CPF

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL (ECD). AUTENTICAÇÃO DE LIVROS. DISPENSA.

Entidade de previdência privada cujo ato constitutivo é registrado no cartório de registro civil de pessoas jurídicas, e que é obrigada à escrituração contábil digital por determinação do art. 3º, III, da Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 2013, é dispensada da obrigação de autenticar os livros correspondentes. A obrigação acessória prevista no § 4º do art. 258 do Regulamento do Imposto de Renda é afastada em razão da superveniência de norma específica, instituída com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 1999.



SUBSTITUIÇÃO DE LIVROS CONTÁBEIS

- Livros em exigência nas juntas comerciais
- Livros autenticados pelas Juntas Comerciais
- Livros de sociedades não empresárias
- Livros autenticados pelo Sped

**Em exigência nas juntas
comerciais**

Substituição livre e
NECESSÁRIA

Autenticados pelas Juntas Comerciais

Não há possibilidade de substituição uma vez que as juntas não autenticaram livros após fevereiro de 2016 (vide prazo para substituição)

Livros de sociedades não empresárias

Como a IN RFB 1774 não reproduziu a regra da 1420 que os considerava autenticados, ficou no limbo.

Entretanto, PVA dá o mesmo tratamento adotado para os livros autenticados pelo Sped

Livros autenticados pelo Sped

Resolução CFC 1.299/10 – Substituição de livros autenticados (regras replicadas na IN RFB 1774/17)

- **Somente de se erro não puder ser corrigido por lançamento extemporâneo**
- **ECD substituta conterá Termo de Verificação detalhando:**
 - Identificação da ECD substituída
 - Descrição pormenorizada dos erros
 - Identificação CLARA e PRECISA dos registros que contém erros (exceto se decorrentes de outro erro já relatado)
 - **Autorização para acesso ao Termo pelo CFC**
 - Se sujeita a auditoria independente, descrição dos procedimentos pré-acordados
- **Signatários:**
 - Mesmo profissional contábil que assina a ECD substituta
 - Auditor independente, se for o caso (manifestação se restringe ao que for relatado no Termo)

Resolução CFC 1.299/10 – Substituição de livros autenticados (regras replicadas na IN RFB 1774/17)

PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO

Até o fim do prazo para entrega da ECD relativa ao ano-calendário subsequente.

**E
C
D**

Resolução CFC 1.299/10 – Substituição de livros autenticados (regras replicadas na IN RFB 1774/17)

A apresentação de ECD substituta CANCELA a autenticação da substituída

As modificações feitas em desacordo com o termo ou com o CTG 2001 são nulas.

IN RFB 1.774/17 - Obrigatoriedade

- **PJ obrigadas a manter escrituração contábil segundo a legislação comercial, inclusive:**
 - **equiparadas**
 - PF que vende serviço ou bens habitualmente
 - PF que promove loteamento ou incorporação em condomínio
 - **SCP** (em livros próprios ou auxiliares do sócio ostensivo)
 - **entidades imunes e isentas**

IN RFB 1.774/17 – Obrigatoriedade - EXCEÇÕES

- **PJ do lucro presumido que não distribuíram, sem IRRF, lucros superiores ao LP – impostos e contribuições (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)**
 - Dispensa só vale para IRPJ e CSLL
 - Continua obrigada a manter escrituração contábil pela legislação comercial
 - Deve manter os arquivos contábeis para apresentação no formado na IN RFB 86/2001 e do Manad
 - Se receita bruta > 1,2 milhões, deve apresentar livro caixa na ECF (aumento da exposição do contribuinte)

IN RFB 1.774/17 – Obrigatoriedade - EXCEÇÕES

- Inativas
- Órgãos públicos, autarquias e fundações
- Imunes e isentas com receitas de qualquer natureza < 1.200.000 (ou proporcional)
- Optantes pelo simples que não tenham recebido recursos de investidor anjo

E
C
D

IN RFB 1.774/17 – Apresentação facultativa da ECD

- **Empresários e sociedades empresárias**
 - (IN 1420/13 permitia qualquer PJ não obrigada)

E
C
D

Resolução TSE – 23.432/14

Art. 4º **Os partidos políticos, em todos os níveis de direção, deverão:**

....

IV – manter escrituração contábil digital, sob a responsabilidade de profissional de contabilidade habilitado, que permita a aferição da origem de suas receitas e a destinação de seus gastos, bem como de sua situação patrimonial; e

V – remeter à Justiça Eleitoral, nos prazos estabelecidos nesta Resolução:

a) o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, gravado em meio eletrônico, com formatação adequada à publicação no Diário da Justiça Eletrônico;

b) a escrituração contábil mensal; e

c) a prestação de contas anual.

§ 1º A escrituração contábil digital dos partidos políticos deverá observar as regras do Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED e os atos regulatórios da Secretaria da Receita Federal.

§2º O disposto neste artigo também se aplica às comissões provisórias dos partidos políticos.

(grifamos)

IN RFB 1.774/17 – Prazos para apresentação

Legislação fiscal: até o último dia útil do mês de maio


Situações especiais (cisão, fusão, incorporação, extinção):

- eventos ocorridos de janeiro a abril => MAIO;
 - eventos de maio a dezembro => mês seguinte.
- (exceção: incorporadora sob o mesmo controle acionário desde o ano-calendário anterior ao evento)

Societária: até 30 de abril (autenticação)

Falimentar: até 60 dias após o fato contábil (autenticação)

Signatários da ECD (Manual da ECD)

- 
1. Toda ECD deve ser assinada, independentemente das outras assinaturas, por um contador/contabilista e por um responsável pela assinatura da ECD.
 2. O contador/contabilista deve utilizar um e-PF ou e-CPF para a assinatura da ECD.
 3. O responsável pela assinatura da ECD é indicado pelo próprio declarante, utilizando campo específico. Só pode haver a indicação de um responsável pela assinatura da ECD.

(Só podem ser utilizados certificados padrão ICP-Brasil)

Signatários da ECD (Manual da ECD)

4. O responsável pela assinatura da ECD pode ser:
- 4.1. Um e-PJ ou um e-CNPJ que coincida com o CNPJ do declarante (CNPJ básico, oito primeiras posições). Esta é a situação recomendada. As opções abaixo só devem ser utilizadas se essa situação se mostrar problemática do ponto de vista operacional (por exemplo, o declarante não tem e-PJ ou e-CNPJ e não consegue providenciar um em tempo hábil para a entrega da ECD).
- 4.2. Um e-PJ ou um e-CNPJ que não coincida com o CNPJ do declarante (CNPJ básico, oito primeiras posições). Nesse caso o CNPJ será validado nos sistemas da RFB e deverá corresponder ao procurador eletrônico do declarante perante a RFB.

Signatários da ECD (Manual da ECD)

- 4. O responsável pela assinatura da ECD pode ser:
- 4.3. Um e-PF ou e-CPF. Nesse caso o CPF será validado nos sistemas da RFB e deverá corresponder ao representante legal ou ao procurador eletrônico do declarante perante a RFB.

E
C
D

Signatários da ECD (Manual da ECD)

5. A assinatura do responsável pela assinatura da ECD nas condições anteriores (notadamente por representante legal ou procurador eletrônico perante a RFB) não exime a assinatura da ECD por todos aqueles obrigados à assinatura da contabilidade do declarante por força do Contrato Social, seus aditivos e demais atos pertinentes, sob pena de tornar a contabilidade formalmente inválida e mesmo inadequada para fins específicos, conforme as normas próprias e o critério de autoridades ou partes interessadas que demandam a contabilidade.

Titular da escrituração



- . Importar e Validar
- . Editar
- . Assinar
- . Visualizar
- . **Transmitir**
- . Consultar
- . Obter autenticação

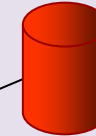


Consultar
Download
Consulta Acessos

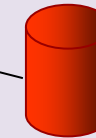


SPED – Repositório Nacional

- . Validar
- . Receber
- . Fornecer Recibo
- . Fornecer Situação



- . Banco Dados
- . ECD
- . Dados agregados



Entidades

RFB

SEFIN

TITULAR

SEFAZ



IN RFB 1.774/17

Obrigações Acessórias Dispensadas

- Impressão de livros (Resolução CFC 1.330/11 - ITG 2000 - item 17)
- Elaboração do Livro Razão
- Em relação às mesmas informações
 - Arquivos da IN 86/01
 - Arquivos do Manad (IN MPS/SRP 12/06)
- ~~As pessoas jurídicas não sujeitas a registro em junta comercial estão dispensadas de autenticarem a ECD~~
- Autenticação em Juntas Comerciais (Decreto 8683/16)
- ~~Para os que utilizam a EFD IPI/ICMS~~
 - ~~Em relação às mesmas informações~~
 - ~~Arquivos da IN 86/01~~
 - ~~Arquivos do Manad~~
 - ~~Escrituração e autenticação dos livros Registro de Entradas e Registro de Inventário (Construtoras devem apresentar o Registro de Invetário como livro auxiliar => Z)~~

SPED – Penalidades

Art. 57, da MP 2.158-35/01, com a redação dada pela Lei 12.873/13

Apresentação, fora do prazo, de declaração, demonstração ou e escrituração digital (por mês-calendário ou fração):

- R\$ 500,00
 - Imunes e isentas
 - Lucro presumido
 - Simples nacional
 - Início das atividades
 - PJ de direito público
- R\$ 1.500,00
 - Demais PJ (reorganização societária ou mais de uma forma de apuração do lucro real)
- R\$ 100,00
 - Pessoas físicas

Nota: Reduzidas à metade se a apresentação for espontânea.

SPED – Penalidades

Art. 57, da MP 2.158-35/01, com a redação dada pela Lei 12.766, de 27/12/12

- Não atendimento à intimação da Secretaria da Receita Federal do Brasil para cumprir obrigação acessória ou prestar esclarecimentos, nos prazos estipulados pela autoridade fiscal: R\$ 500,00 por mês-calendário.
 - Redução em 70% para optantes pelo simples
 - Por apresentar declaração, demonstrativo ou escrituração digital com **informações inexatas, incompletas ou omitidas**:
 - Pessoa jurídica => 3%, não inferior a R\$ 100,00, sobre o valor das transações comerciais ou das operações financeiras.
 - Redução em 70% para optantes pelo simples
 - Pessoa física e PJ de direito público => 1,5%, não inferior a R\$ 50,00, sobre o valor das transações comerciais ou das operações financeiras.
- (não existe previsão de redução/exclusão por correção espontânea)

ECD – NOVIDADES 2018

E
C
D

- BLOCO K – Demonstrações Consolidadas
- REGISTROS J100 e J150 (Balanço e DRE) – Inclusão de campo para informar Notas Explicativas

ECD – NOVIDADES 2018

BLOCO K – Demonstrações Consolidadas

- Obrigatoriedade de acordo com a legislação comercial
- Todas as controladoras, exceto se **cumulativamente**:
 - É controlada por outra(s) entidades e sócios acordaram a não apresentação;
 - Não tenham títulos da dívida ou patrimoniais negociados publicamente;
 - Não tiver arquivado ou em processo de arquivamento junto à CVM (ou outro órgão regulador) de demonstrações contábeis visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais;
 - a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo

ECD – NOVIDADES 2018

- BLOCO K – Demonstrações Consolidadas

<u>K030</u>		PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA
<u>K100</u>		RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONSOLIDADAS
<u>K110</u>		RELAÇÃO DOS EVENTOS SOCIETÁRIOS
<u>K115</u>		EMPRESAS PARTICIPANTES DO EVENTO SOCIETÁRIO
<u>K200</u>		PLANO DE CONTAS CONSOLIDADO
<u>K210</u>		MAPEAMENTO PARA PLANO DE CONTAS DAS EMPRESAS CONSOLIDADAS
<u>K300</u>		SALDOS DAS CONTAS CONSOLIDADAS
<u>K310</u>		EMPRESAS DETENTORAS DAS PARCELAS DO VALOR ELIMINADO TOTAL
<u>K315</u>		EMPRESAS CONTRAPARTES DAS PARCELAS DO VALOR ELIMINADO TOTAL

ECD – NOVIDADES 2018

- REGISTROS J100 e J150 – Inclusão de campo para informar Notas Explicativas
 - **Observação: Informar um resumo das notas explicativas, que são informadas de forma mais detalhada no registro J800.**
(observação incluída no manual de abril/18, antes sem tamanho definido, e neste manual com 255 caracteres)

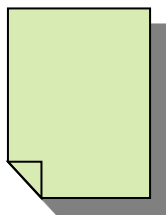
ECF

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

Informações Fiscais - Processo Tradicional.

E
C
F

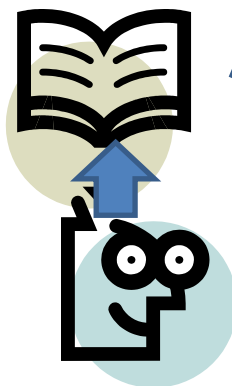
DOCUMENTO



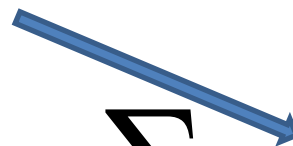
INTERPRETAÇÃO
DO
DOCUMENTO



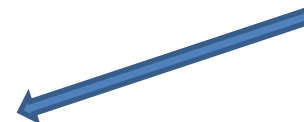
ESCRITURAÇÃO



Σ



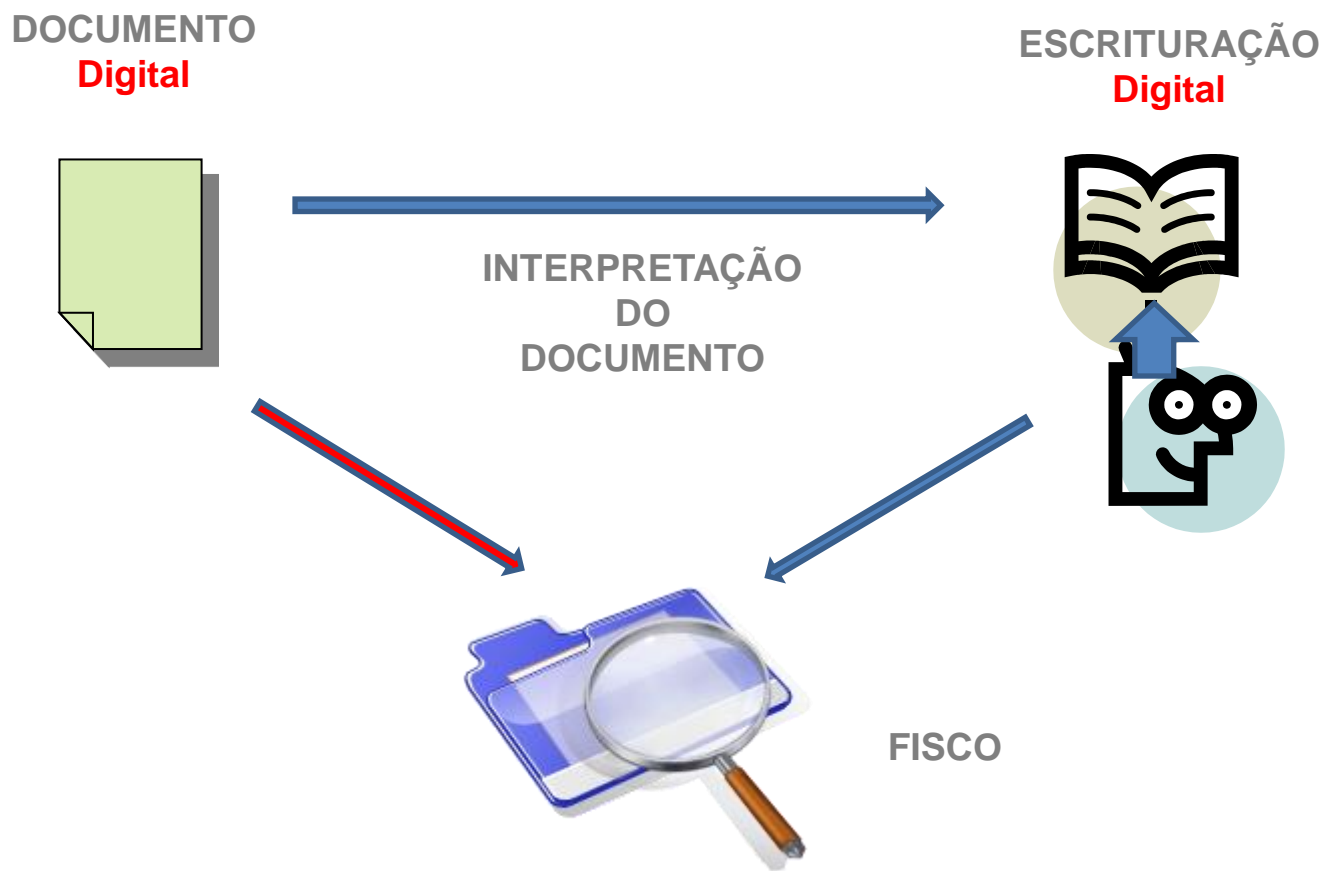
DECLARAÇÃO



FISCO

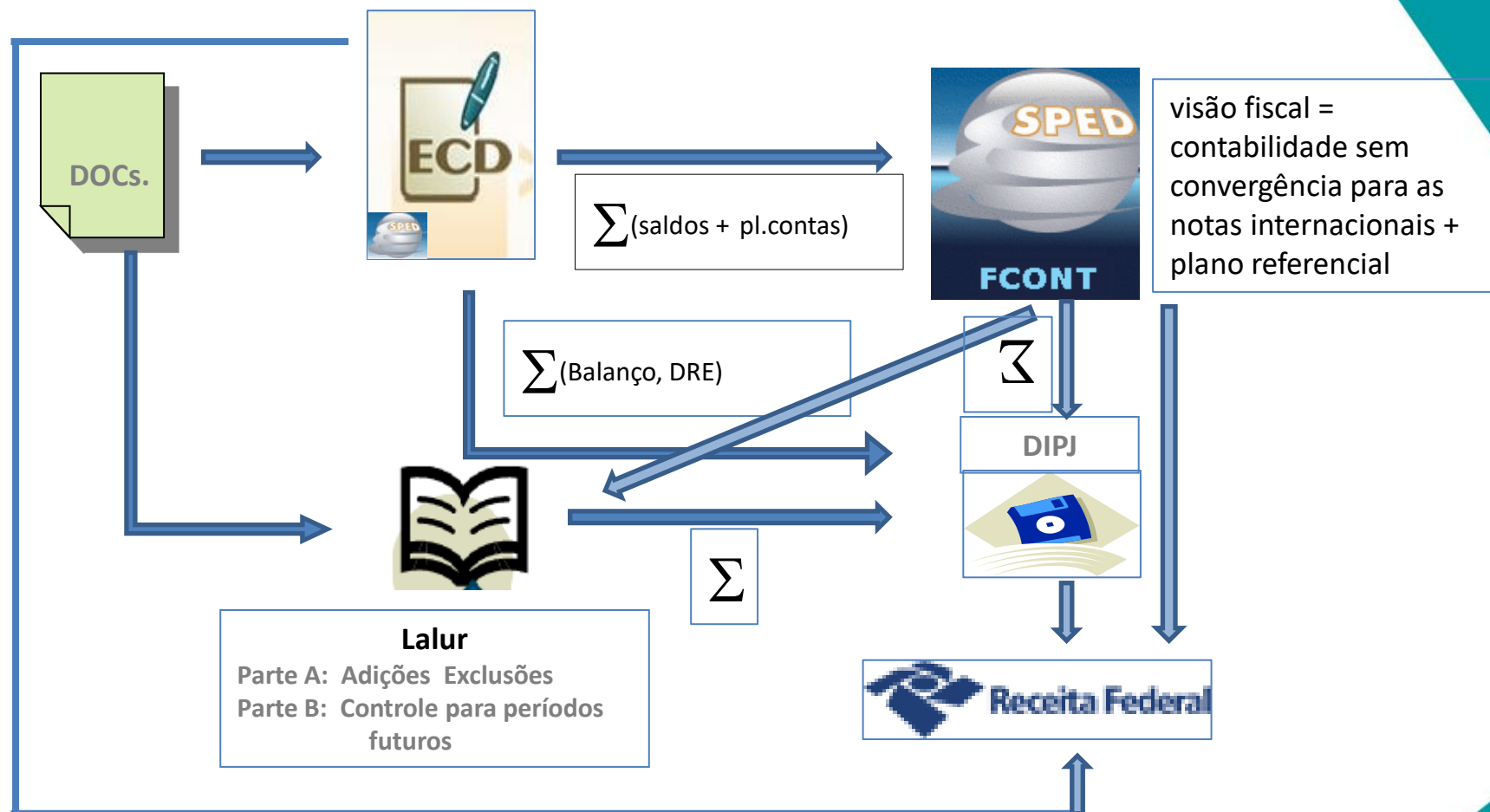
Informações Fiscais - Processo SPED

E
C
F



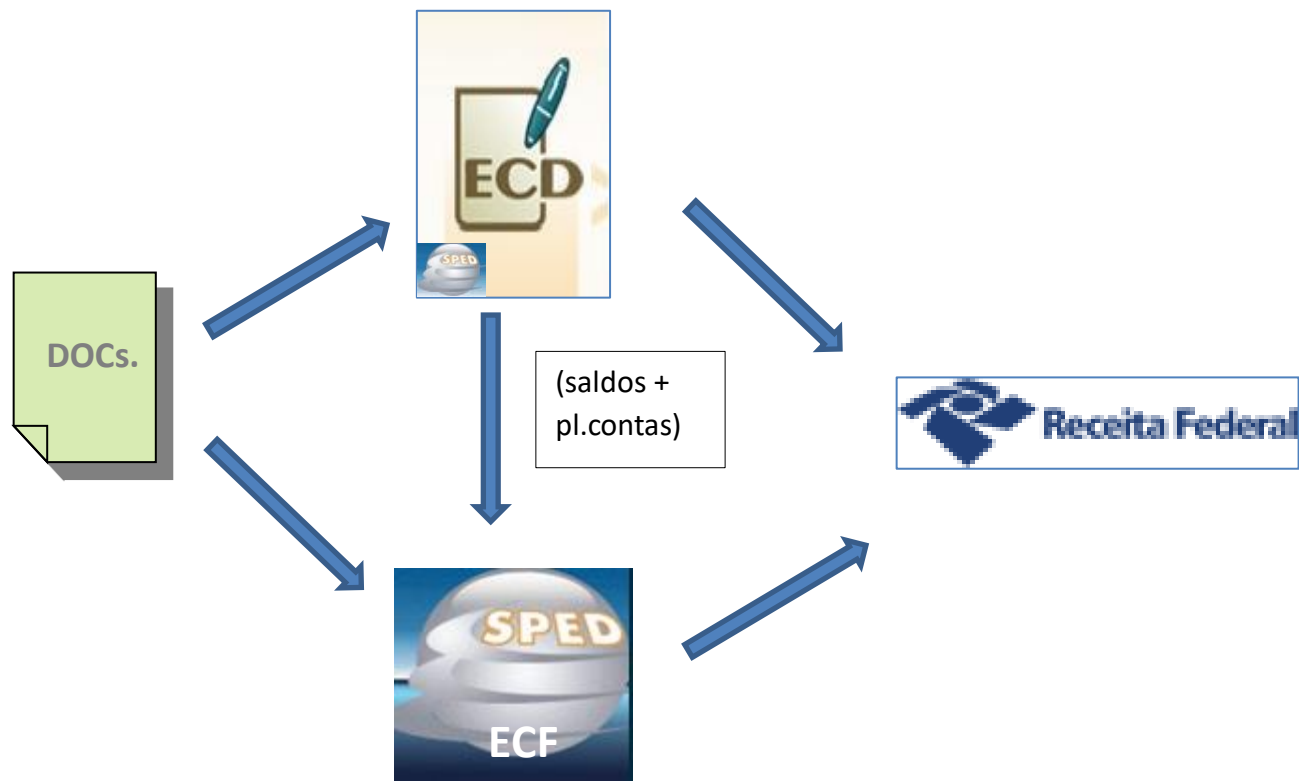
IRPJ e CSLL Lucro Real – MODELO ANTERIOR

ECF



ECF – MODELO PROPOSTO.

ECF



ECF – MODELO PROPOSTO.

E
C
F



(saldos +
pl.contas)



- Programa lê ECD do período e ECF do ano anterior. Informações são armazenadas em registros específicos e não são editáveis
- Podem, entretanto, ser alterados em registros próprios (rastreabilidade)
- Programa converte saldos mensais da ECD para o período de apuração dos tributos, mantendo o plano de contas (**Atenção para mudança de plano**)
- Plano de contas referencial obrigatório na ECF (facultativo na ECD)
- Adições e exclusões têm registro próprio e, SEMPRE que possível, são vinculados a lançamentos da ECD
- Parte B do Lalur é incorporada integralmente
- Registros específicos para “outras informações” da DIPJ
- Bloco V - Derex
- Bloco W – Declaração País-a-País
- Livro Caixa – Lucro Presumido

ECF – Escrituração Contábil Fiscal

Pessoas jurídicas obrigadas:

TODAS (inclusive IMUNES E ISENTAS e equiparadas).

Pessoas jurídicas **não** obrigadas:

- Optantes pelo simples,
- Órgãos públicos, fundações e autarquias públicas
- Inativas

Nota: SCP apresenta ECF separada da do sócio ostensivo

ECF – Prazo

Geral: **JULHO**

Situações especiais (Extinção, Cisão, fusão ou incorporação ocorridos entre):

janeiro e abril: prazo geral

maio e dezembro => 3º. mês subsequente

Incorporadora do mesmo grupo no AC anterior: dispensada (em relação ao evento)

E
C
F

ECF – Livro caixa para Lucro Presumido

Apresentação de Demonstrativo do Livro Caixa das empresas do lucro presumido que optaram por tal forma de escrituração (bloco Q):

- Obrigatória a partir do ano-calendário 2016 (se RB > 1.200.000)

ECF – Declaração País-a-País (última atualização pela RFB em 27/07/2017)

Quem está obrigado:

Controlador de grupo multinacional com receita consolidada \geq R\$ 2,26 bilhões

Onde

Na jurisdição (país) em que se situa (existem exceções)

Quando

Parte integrante da ECF

ECF – Novidades 2018 – DEREX (Bloco V)

Quem está obrigado:

Pessoa jurídica que mantenha, no exterior, recursos oriundos de exportação

E
C
F

ECF – Novidades 2018 – DEREX (Bloco V)

O que deve ser informado:

- Identificação instituição onde os recursos foram movimentados:
 - Nome da instituição
 - País
 - Moeda

ECF

ECF – Novidades 2018 – DEREX (Bloco V)

O que deve ser informado:

- Identificação da pessoa responsável pela movimentação:
 - Nome
 - Endereço
 - Documento de identidade
 - **CONTA MOVIMENTADA**

E
C
F

ECF – Novidades 2018 – DEREEX (Bloco V)

O que deve ser informado:

- Período (mês) da movimentação
- Detalhe da movimentação:
 - Valor da movimentação
 - Tipos da movimentação, tais como:

E
C
F

1	Saldo inicial da escrituração
2	Movimentações
3	Saldo inicial do mês
20	Origens
21	(+) Disponibilidades - L 11.371/2006
22	(+) Disponibilidades - câmbio simultâneo
23	(+) Rendimentos recebidos no exterior
24	(+) Transferências de outras Instituições Financeiras
25	(+) Outras origens
50	Aplicações
51	(-) Aplicações Financeiras
52	(-) Investimentos
53	(-) Empréstimos
61	>> (+) Aquisição de Bens
62	>> (+) Aquisição de Serviços
63	>> (+) Remuneração de Direitos
69	(-) (=) Pagamento de Obrigações (61+62+63)
70	(-) Transferências para outras Instituições Financeiras
71	(-) Internação de Disponibilidades

ECF – Novidades 2018 – Lucro Presumido

NOVA OBRIGAÇÃO:

- **BALANÇO e DRE (Registros P100 e P150) se, cumulativamente:**
 - Optante pela escrituração do livro caixa **+**
 - Reconhecimento de receita pelo regime de competência

Nota: para os obrigados à apresentação da ECD, a obrigação permanece

ECF – Novidades 2018 – Regras para Substituição

- Não disposto na IN 1422/13, mas só tem validade se PJ não estiver sob (ou o período tenha sido objeto de) procedimento fiscal
- Independe de prévia autorização da autoridade administrativa
- Substitui integralmente a ECF substituída
- Se alterar saldos da parte B do Lalur ou Lacs => verificar necessidade de substituição das subsequentes
- Obrigatória de ECD retificadora alterar saldos recuperados na ECF

E
C
F

ECF – Novidades 2018 – Regras para Substituição

- Obrigatória em caso de lançamentos extemporâneos na ECD, que alterem a base de cálculo do IRPJ e CSLL de período anterior (adições e exclusões no Lalur)
- Retificar DCFT se ECF retificadora alterar tributos (IRPJ e CSLL).

E
C
F

ECF – Novidades 2018 – Tabelas de adições e exclusões – análise das modificações

PJ GERAL

- 670 códigos (24 não editáveis)
- 241 códigos de 2017 foram mantidos e 135 excluídos
- 429 códigos novos
- Considerando que adições/exclusões da PJ Geral = Rural, são 355 códigos possíveis, dos quais 341 editáveis
- Tipo de relacionamento
 - 1 - Com Conta da Parte B
 - 2 - Com Conta Contábil
 - 3 – Com Conta da parte B e Conta Contábil
 - 4 - Sem Relacionamento

Penalidades da ECF

Pessoas jurídicas **do Lucro Real** (Art. 8º-A da Lei 12.973/14):

- 0,25% (limitada a 10% = 40 meses) do lucro líquido (antes do IR e da CSLL) por mês de atraso ou fração;
 - Limitada a R\$ 100.000,00 para PJ com receita bruta anual =< 3.600.000,00
 - Limitada a R\$ 5.000.000,00 nos demais casos
 - Reduções:
 - Em 90% se apresentada até 30 dias após o prazo
 - Em 75% se apresentada até 60 dias após o prazo
 - Em 50% se apresentada antes de intimação fiscal
 - Em 25% se apresentada no prazo fixado na intimação

Nota: inexistindo LL, será utilizado o último LL apurado, corrigido pela Selic. (registro Y720);

Penalidades da ECF

Pessoas jurídicas do Lucro Real (Art. 8º-A da Lei 12.973/14):

- 3% (três por cento), não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor omitido, inexato ou incorreto.
 - não será devida se informações forem corrigidas espontaneamente
 - reduzida em 50% se corrigidas no prazo da intimação

(PRIORIZAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO):

Notas:

- quando os valores relativos a adições, exclusões e compensações se referirem tanto ao IRPJ quanto à CSLL, serão considerados uma única vez.
- Existe, também, a possibilidade de arbitramento do lucro.

Penalidades – demais declarações ou escriturações

Art. 57, da MP 2.158-35/01, com a redação dada pela Lei 12.873/13

Apresentação, fora do prazo, de declaração, demonstração ou e escrituração digital (por mês-calendário ou fração):

- R\$ 500,00
 - Imunes e isentas
 - Lucro presumido
 - Simples nacional
 - Início das atividades
 - PJ de direito público
- R\$ 1.500,00
 - Demais PJ
 - reorganização societária ou mais de uma forma de apuração da base de cálculo do IRPJ
- R\$ 100,00
 - Pessoas físicas

Nota: Reduzidas à metade se a apresentação for espontânea.

Penalidades – demais declarações ou escriturações

Art. 57, da MP 2.158-35/01, com a redação dada pela Lei 12.873/13

- Não atendimento à intimação da Secretaria da Receita Federal do Brasil para cumprir obrigação acessória ou prestar esclarecimentos, nos prazos estipulados pela autoridade fiscal: R\$ 500,00 por mês-calendário.
 - Redução em 70% para optantes pelo simples
- Por apresentar declaração, demonstrativo ou escrituração digital com **informações inexatas, incompletas ou omitidas**:
 - Pessoa jurídica => 3%, não inferior a R\$ 100,00, sobre o valor das transações comerciais ou das operações financeiras.
 - Redução em 70% para optantes pelo simples
 - Pessoa física e PJ de direito público => 1,5%, não inferior a R\$ 50,00, sobre o valor das transações comerciais ou das operações financeiras.

 @BlueTaxBrasil

 Bluetax

 BlueTax

 bluetaxqr

Obrigado!!!

REALIZAÇÃO:

BlueTax
Qualificação & Relacionamento

0800 030 1112

bluetax@bluetax.com.br
www.bluetax.com.br

Palestrante: Márcio Tonelli
tt.consultoria.sped@gmail.com